

AS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS DO ESPÍRITO SANTO (1945-1966)

Nathana Santos Reis

Graduanda pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: nathanareis05@Gmail.Com

Palavras-chave: História política. Espírito Santo (Estado). Democratização. Partidos políticos.

Introdução

A Primeira República do Brasil, conhecida como República Velha ou República dos Coronéis teve seu término no ano de 1930 com o advento da Revolução de 30, comandada por Getúlio Dornelles Vargas que pôs fim ao período em que dominou a elite cafeeira, e, ao assumir o comando do Brasil adotou uma nova política, a de favorecimento das massas, e, com isso inaugurou neste país, um fenômeno que conhecemos como populismo. Como é característica deste tipo de governo, toma-se algumas medidas de repressão na qual o governante pretende assegurar a sua permanência no poder. Como Fausto (2006) elucida, já em 1931, Vargas muda a feição da política brasileira quando promulgou o novo Código Eleitoral, no qual fora criada a justiça eleitoral, instituído o voto secreto e concedido o voto às mulheres.

No ano de 1937, Getúlio Vargas dá um golpe para assegurar sua permanência no poder, já que no ano seguinte seria o fim de seu mandato. A partir de então o país entra na ditadura do Estado Novo. Vargas logo tratou de centralizar o Estado em sua figura, e, uma nova Constituição entrou em vigência “o Parlamento, as Assembleias estaduais e as Câmaras Municipais eram dissolvidas” (FAUSTO, 1996, p. 365). Os partidos políticos também foram proibidos,

Considerando, [...], que os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacôrdo com as circunstâncias reais da sociedade política e civil (CARONE, 1976, p. 26-27).

Como fora supracitado uma das medidas adotadas por Getúlio foi a extinção dos partidos políticos durante o período em que vigorou o Estado Novo. Essa situação política brasileira só irá mudar em 1945 quando “Getúlio Vargas passou a receber forte pressão no sentido de fazer voltar o país à normalidade democrática. Acuado, começa a ceder às pressões” (FRANCO; HEES, 2003, p. 134). A partir de então, permite a abertura democrática e o pluralismo partidário assegurados na Constituição de 1946. Iglésias (1993) diz que essa Constituição teve poucos avanços em relação à Constituição de 1934, e foi a consagração do liberalismo clássico, argumenta ainda que os políticos apesar de não favoráveis ao Estado Novo, nessa nova Constituição, agregam muito de seus feitos, como por exemplo, a legislação trabalhista.

A respeito desse período Marta Zorzal e Silva (1995) comenta:

A Constituição federal de 1946, ao reintroduzir as instituições liberais – partidos políticos e eleições – no sistema político brasileiro, redefiniu as formas de agregação e de articulação de interesses e de acesso ao poder político (SILVA, 1995, p. 155).

Essa nova fase da história política brasileira, de democratização, ou, como alguns autores gostam de expressar de redemocratização irá vigorar até o ano de 1966, quando é decretado o bipartidarismo, imposto pelo Ato Institucional n. 2 (AI-2), no qual não proibia a formação dos partidos políticos, porém, impunha uma série de restrições que, na prática, só permitiria a formação de duas frentes partidárias, portanto, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A formação da estrutura política partidária do Espírito Santo

Nos anos desta efêmera abertura democrática, Silva (1995) argumenta que era necessário um rearranjo das forças políticas para permitir a circulação dessas lideranças a nível do Aparelho de Estado. Permitiu também a essas lideranças reconstruírem seu espaço de luta “visando a viabilizar, pela via democrático-formal, o acesso ao controle do Aparelho de Estado” (SILVA, 1995, p. 161).

Não estando alheio a todas essas transformações, o Espírito Santo a partir deste momento, começou a formar seu sistema partidário. Durante a Primeira República não havia uma força política, já que quem dominava eram os coronéis. Porém, já nos anos 30 e 40, começam a surgir algumas forças sociais regionais. Silva (1995) diz que todas essas

transformações mudaram a face da política do Espírito Santo de duas formas,

De um lado, ampliaram a composição das forças políticas preexistentes e permitiram que as facções divergentes ou rivais entre si ocupassem espaços partidários distintos no sistema em formação; e de outro, criaram condições para que as classes sociais formadas no seio da pequena produção rural e urbana emergissem no cenário da representação política regional (SILVA, 1995, p. 162).

A partir dessa conjuntura supracitada por Silva (1995), nota-se as clivagens que vão se consolidando na política Capixaba. Silva esclarece ainda, que quase todos os partidos políticos que consolidaram-se na arena política nacional neste momento, articulam a criação de diretórios regionais neste estado. E que essas clivagens derivam de arranjos já existentes entre as oligarquias, como também, de afinidades entre os líderes políticos do Espírito Santo e os líderes nacionais. As possibilidades destes partidos para consolidar-se, dependia dos seus recursos, das lideranças capixabas solidárias com as lideranças existentes no partido e, sobretudo, com sua proposta político-partidária. A autora ressalta ainda que nenhum desses partidos políticos findaram suas raízes neste estado.

Partidos Consolidados no Brasil e no Espírito Santo

Dentro deste processo de abertura democrática no Brasil, logo nos primeiros anos, verifica-se a consolidação, de fato, de doze partidos na arena política nacional ao término de 1948. Muito embora, nos 3 primeiros anos dessa abertura política, o Tribunal Superior Eleitoral tenha concedido o registro provisório a 31 partidos políticos. Contudo, como as limitações a que estavam expostos, muitos destes partidos não sobreviveram. Até o ano de 1958, nenhum outro partido foi registrado, exceto, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) que surgiu de uma cisão do Partido Trabalhista Brasileiro. Dentre estes partidos, dois deles surgiram a partir de determinações do governo que estava no poder: O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) (SILVA, 1995).

O Partido Social Democrático (PSD) foi organizado a partir de uma determinação de Getúlio Vargas para que os interventores estaduais organizassem um partido em seus respectivos estados. Fazia parte deste partido, partidários do governo Vargas – simpáticos a ele -, latifundiários, banqueiros, dentre outros (SILVA, 1995). O programa político deste partido defendia o federalismo, ou seja, maior autonomia dos estados, ressaltando a soberania da União. Defendiam o alistamento obrigatório e do sufrágio universal (CHACON, 1985).

No Espírito Santo o PSD foi organizado pelo interventor do governo Vargas, Jones dos Santos Neves (1943-1945), posteriormente viria a ser senador (1945-1950) e governador (1951-1955) deste estado (AMARAL, 2010).

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi organizado a partir dos sindicatos oficiais, que neste período estavam atrelados ao estado, e, cuja ação era controlado pelo Ministério do Trabalho. Foi concebido com o intuito de perpetuar o ideário trabalhista que teve origem com Vargas (OLIVEIRA, 2010), faziam parte deste partido, os trabalhadores urbanos. As bases deste partido estavam localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, eixo industrial do Brasil naquele momento (SILVA, 1995).

A União Democrática Nacional (UDN) fora formada pelas forças antagônicas a Getúlio Vargas, compostas por opositores ao governo e por outras lideranças que foram desalojadas do poder, e, uniram-se com o objetivo de fazer oposição a Vargas. Essas forças que vinham agindo desde 1943 formaram o movimento político denominado União Democrática Nacional (SILVA, 1995). O seu programa de 1945 traz o seguinte enunciado:

A União Democrática Nacional preconiza e apóia um processo de democratização e do Brasil, de fim construtivo e social, capaz de promover o processo político e econômico e o bem-estar de todos os brasileiros (CHACON, 1985, p. 435).

Marta Zorzal e Silva (1995) esclarece ainda que depois de 1945 várias das lideranças que a compunham, desligaram-se e fundaram seus próprios partidos. Dentre estes está o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano (PR).

O PL era constituído de eminências políticas consolidadas em seu local de origem e sua base social era constituída de grandes proprietários de terras e pecuarista. Defendia o parlamentarismo e política e ideologicamente assemelhava-se com a UDN e por vezes, coligava-se com ela (SILVA, 2005).

O PR foi reativado pelo ex-presidente da República Arthur Bernardes. Esta reconstituição se deu com os moldes da República Velha e representava a classe tradicional dos grandes fazendeiros e alguns empresários. No Espírito Santo este partido surgiu com origens inversas as suas origens no âmbito nacional. Enquanto seus líderes coligavam com a UDN que fazia uma frente oposicionista ao governo, no Espírito Santo, essas lideranças com essas mesmas semelhanças, por assim dizer, ideológicas, coligaram – se no Partido Social Democrático - PSD. E somente com desinências neste partido é que surgem os líderes regionais no Espírito Santo (SILVA, 1995).

O Partido Social Progressista (PSP) surge com as lideranças populistas que não alinhavam mais com Vargas, e originalmente, era o Partido Republicano Progressista (PRP). O PRP foi fundado por Adhemar de Barros, entretanto, em 1946 este partido funde-se com dois pequenos partidos políticos do estado de São Paulo, o Partido Popular Sindicalista (PPS) e o Partido Agrário Nacional (PAN).

Da fusão surge o Partido Social Progressista (PSP) sob a liderança de Adhemar de Barros. Caracterizou-se, também, por ser um partido de base regional como o PL e o PR, sendo que estes estavam localizadas, principalmente, em São Paulo. Posteriormente, na década de 50, ele adquiriu maior expressão nacional penetrando nos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão e Espírito Santo (SILVA, 1995, p. 199).

O Partido de Representação Popular (PRP) renasceu sob o comando de Plínio Salgado. Renasceu e se difundiu sob a liderança de Plínio porque fora organizado no intervalo democrático da década de 30, e seus remanescentes faziam parte da Ação Integralista Brasileira (AIB). Esse partido tinha maior expressividade nos estados em que havia uma concentração de imigrantes originários dos países onde surgiu o movimento fascista (Alemanha e Itália). O Espírito Santo recebeu um grande contingente desses imigrantes, assim com os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e, parcialmente, o estado de São Paulo (SILVA, 1995).

O Partido Democrata Cristão (PDC) representava os movimentos democráticos ligados à Igreja Católica, aparecia como uma alternativa entre as esquerdas positivas. Teve uma atuação incipiente no Espírito Santo durante a eleição de 1945 (SILVA, 1995). Em seu programa de 1945 justifica a lógica do partido:

NOME: O partido terá o nome de Partido Democrata Cristão, e um tríplice fundamento – popular, democrático e cristão – que corresponde respectivamente a três exigências essenciais da nova civilização que está nascendo das ruínas da sociedade contemporânea.

Popular, porque a ascensão das massas é o maior fenômeno social dos nossos tempos.

Democrático, porque a ascensão se traduz, politicamente, por uma participação crescente do povo no governo das nações.

Cristão, porque essa ascensão das massas e essa instauração de uma democracia de direito e de fato, só se podem operar beneficentemente, se repousarem sobre uma base ética racional e evangélica (CHACON, 1985, p. 479).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) surgiu em 1922, sob influência da vitória socialista da Rússia em 1917, tendo como fundadores Astrogildo Pereira e Cristiano Cordeiro.

A história deste partido é marcada pela luta contra a clandestinidade que esse partido sempre foi submetido, durante a democratização, o registro foi concedido a esse partido.

A partir dela, o Partido conquista espaços na vida política e, quando da redemocratização, cujo marco é 1945, torna-se um partido nacional de massas (200.000 filiado em 1947). Conquistando plena legalidade, constitui significativa bancada parlamentar e elege pelo Estado da Guanabara ao cargo de senador o então secretário geral do partido Luiz Carlos Prestes.

Protagonista essencial dos processos políticos, o PCB centraliza o movimento sindical classista, cria uma notável estrutura editorial e jornalística, empolga a intelectualidade democrática e passa a ser a vanguarda democrática na Assembléia Nacional Constituinte. Mas este movimento de afirmação política é brutalmente interrompido pela Guerra Fria: entre 1947 e 1948, o Partido é posto na ilegalidade e perseguido pelo Governo Dutra (HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 2010).

Silva (1995) diz que todos os políticos que foram eleitos sob a legenda do PCB tiveram seus mandatos cassados.

Além desses partidos que foram supracitados consolidaram-se ainda, 3 outros partidos sem grande expressão, mas que sobreviveram ao longo dos anos. Eram eles: O Partido Social Trabalhista, Partido Trabalhista Nacional e Partido Republicano Democrático.

O Partido Social Trabalhista surgiu em 1946, por dissidentes do PTB e do PSD. Suas bases estavam no nordeste, onde localizava-se um clientelismo-conservador de base exclusivamente rural (SILVA, 1995, p. 201).

O PTN foi fundado, em 1945, atuava na mesma faixa dos demais partidos trabalhistas e populistas, entretanto, não conseguiu se tornar um grande partido. Só alcançou uma maior expressão quando apoiou Jânio Quadros para a Presidência da República (SILVA, 1995, p. 201).

O PRD foi organizado, em 1945, por grupos de cristão não católicos (SILVA, 1995, p. 201), suas bases estavam localizadas na cidade do Rio de Janeiro e de Santos no estado de São Paulo. Posteriormente, em 1958, quando Hugo Borghi (um dos líderes do PTN) vai para este partido, seu nome passa a ser Partido Rural Trabalhista (PRT).

Por fim, o último partido levantado por Silva (1995), dentro desse período é o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), a autora esclarece que esse partido só surgira nos anos de 1959-1960 decorrente de uma cisão interna dentro do PTB gaúcho:

Dessa cisão, entre Fernando Ferrari (líder do PTB na Câmara Federal) e João Goulart (Vice-presidente da República-1956/60) ambos gaúchos, resultaria o nascimento do MTR posto que Fernando Ferrari se desligaria do PTB e

fundaria o MTR, através do qual concorreria à vice-presidência da República, porém em a aliança com o PSD (SILVA, 1995, p. 202).

Conclusão

Os quase 20 anos de abertura democrática do Brasil, possibilitaram aos brasileiros experimentarem pela primeira vez, a democracia, de fato. O sufrágio universal já estava consagrado e, agora, existia um pluralismo partidário, existia ideologias, objetivos, algo inédito até então. Os brasileiros podiam ir às urnas, escolherem seus candidatos, de forma individual, sem o cabresto e ninguém tinha o direito de saber seu voto, porque agora ele era secreto. Cada um dos partidos poderiam ter seu candidato próprio, seus objetivos e lutar pelos seus ideais.

Todas essas mudanças foram efêmeras, visto que em 1964, os militares tomariam o poder e toda a democracia conquistada nos anos anteriores fora substituída pelo autoritarismo e pela repressão dos militares. Todos esses acontecimentos tiveram reflexos na História Política do Espírito Santo, que ainda requer estudos mais aprofundados.

Referências

AMARAL, Rossini. *A rica trajetória do JK capixaba*. 2010. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/seculo/pdf/revista24/index2.pdf>>. Acesso em: jun. 2010.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

_____. *Getúlio Vargas: poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. *A República no Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetoária Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Ricardo. *A história do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro*. 2010. Disponível em: <<http://www.ptb.org.br/>>. Acesso em: jun. 2010.

HISTÓRIA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. 2010. Disponível em:
<<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: jun. 2010.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: FCCA, 1995.